

CADERNO TÉCNICO & CIENTÍFICO

**Nº 85
MAR/ABR
2012**

**VOLUME
75**

**A IMPORTÂNCIA DO ALUNO SURDO DO ENSINO
REGULAR PARTICIPAR DA SALA MULTIFUNCIONAL
COM PROFISSIONAIS HABILITADOS EM
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE**

Páginas 2 a 4

BARREIRAS COMUNICACIONAIS

Página 5

FLEXIBILITY CYCLE

APARELHO DE FISIOTERAPIA PORTÁTIL E CONTEMPORÂNEO

Páginas 6 a 8

A IMPORTÂNCIA DO ALUNO SURDO DO ENSINO REGULAR PARTICIPAR DA SALA MULTIFUNCIONAL COM PROFISSIONAIS HABILITADOS EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE

Por Mário Roney de Jesus Sousa e Marcos Roberto dos Santos

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre os problemas de aprendizagens na educação de surdo na escola regular no que diz respeito ao ensino e aprendizagem por causa da estrutura gramatical de uma língua para outra. (L1) e (L2). Assim, percebemos a necessidade dos professores da sala de aula regular e do AEE (Atendimento educacional especializado) em conhecer a LIBRAS para que o surdo realmente seja incluso.

INTRODUÇÃO

No início das nossas formações acadêmica percebíamos que algumas pessoas não podiam exercer algumas coisas como nós, mas não nos dávamos conta que era por causa de algumas deficiências de cunho acadêmico.

Começamos questionar sobre os referenciais teóricos e legislações que vem afirmando a inclusão das pessoas com deficiências, bem como o motivo pelo qual ainda não tornamos a inclusão uma realidade. A partir desse momento buscamos através das leituras de textos teóricos, mas não víamos mudanças, logo percebemos que o processo de mudança teria que vir relacionado à ação. Então começamos agir na prática, o passo inicial foi buscar leituras que nos tire dessa alienação que “somos todos iguais” e que “a escola é para todos”.

Somente os que conseguem sobreviver entre o preconceito e a ausência de sentimento sobrevivem nesse ambiente desafiador. Colocamos na prática o que havíamos estudado,



começamos interpretar para surdos, onde permanecemos há alguns anos. Não basta atender as pessoas surdas em sala regular se não tiver apoio no contra turno com outros recursos, pois assim o desenvolvimento ficaria comprometido.

Os profissionais das salas Multifuncionais tem que ter formação e saber lidar com as deficiências específicas. Por muito tempo deixamos a sociedade acreditar que os surdos ou as pessoas com surdez são incapazes. Temos que mudar essa prática mostrando o verdadeiro lugar que o deficiente pode ter na sociedade.

Os profissionais que trabalham com as pessoas surdas dando suporte, orientação, mostrando que a parceria entre professor da sala comum, do AEE e da família do aluno; contribuindo para que os recursos cumpram a sua função eliminando barreiras que impeçam qualquer aluno, em qualquer ambiente e em todas as atividades propostas pela escola seja

excluído de participar, interagir das atividades da escola regular.

Portanto, para desenvolver o AEE, é imprescindível que o professor conheça seu aluno e suas especificidades para ir além das suas condições cognitivas, atuando no ambiente escolar e fora dele.

Contexto Histórico da Surdez

Historicamente, a surdez foi estigmatizada por ser vista como doença ou algo trágico que poderia transmitir aos que estivesse próximos. Muitos surdos foram excluídos somente porque não falavam, o que mostra que para os ouvintes, o problema maior não era a surdez propriamente dita, mas sim a falta da fala. (FELIPE, 2001, p. 131)

Dessa forma, os surdos foram excluídos da sociedade sem voz e nem vez por não terem como se defender, pois não possuíam uma linguagem reconhecida e respeitada que proporcionasse a valorização de sua comunicação e expressão.

Durante toda a antiguidade e quase toda a Idade Média, consideravam os surdos como ineducáveis. Desde essa época havia referencia acerca da utilização de sinais por parte dos surdos, entretanto, só no final do século XVIII contou com uma descrição destes sinais como parte integrante de um código linguístico.

Podemos afirmar que historicamente, a sociedade negou ao surdo a possibilidade de lutar pelos seus direitos, tendo inclusive uma atitude paternalista em relação a sua educa-

ACESSE NOSSO SITE:

www.revistareacao.com

ção. Eram poucas pesquisas dedicadas a este segmento social e os estudos realizados concebiam a surdez, exclusivamente como um tipo de patologia. Só a partir de 1960 com base nos esforços de Stokoe foi que se desenvolveu uma verdadeira neuropsicologia da surdez, conseqüentemente começou a compreensão de como o surdo aprende e a importância da língua de sinais como um instrumento propriamente linguístico.

A educação de surdos no Brasil teve início em 1857 no Rio de Janeiro com a primeira escola para educação de surdos pelo professor surdo francês Hernet Huet. Os alunos foram educados por linguagem escrita, dactilológica e de sinais. No Brasil, como no resto do mundo, a caminhada foi a mesma: oralismo, comunicação total e recentemente o bilinguismo e bi-culturalismo resultante de uma visão muito mais abrangente do que a visão médica, a visão sócio-antropológica da surdez.

A realidade brasileira é muito diferente da realidade de outros países e faz muito pouco tempo que a visão sócio-antropológica da surdez a passou a ser discutida. Certamente ainda vamos enfrentar muitos desafios de aprendizados, participação e sobretudo, que respeite mais o contexto individual e cultural desta comunidade.

As tendências desenvolvidas em favor das pessoas com surdez, ora centram-se na inserção desses alunos na escola comum ou em suas classes especiais, ora na escola especial e se fundamentam em três concepções educacionais: a oralista, a comunicação total e a bilingüe.

As escolas comuns visam a capacitação da pessoa com surdez para que possa utilizar a língua da comunidade ouvinte na modalidade oral como única possibilidade linguística. Com o oralismo não é possível atingir resul-

tados satisfatórios, porque de acordo com Sá (1999) ocasionam déficits cognitivos, legitimam a manutenção do fracasso escolar, provocam dificuldades no relacionamento familiar, não aceitam o uso da língua de sinais, discriminam a cultura surda e negam a diferença entre surdos e ouvintes.

Na década de 1960 a insatisfação com os resultados da linha oralista era muito grande nos Estados Unidos. Pesquisas e novos conhecimentos teóricos, levaram a questionar o trabalho realizado até aquele momento, pois este não levava ao desenvolvimento esperado de fala, leitura, oro-facial, desenvolvimento de linguagens e habilidade de leitura. E logo foi havendo uma mudança na concepção, surgindo a Comunicação Total, a qual utilizava todos os recursos possíveis para a comunicação, considerando as áreas cognitivas, linguísticas, afetivas e as interações sociais. Só que essas interações não parecem possibilitar um desenvolvimento satisfatório, e esses alunos continuam segregados, permanecendo marginalizados, excluídos do contexto maior da sociedade.

Segundo a concepção de Sá (1999) a comunicação total não dá o devido valor a língua de sinais, portanto, pode-se dizer que é uma outra feição do oralismo.

O oralismo e a comunicação total deflagram um processo que ao nosso ver não favorece o pleno desenvolvimento das pessoas com surdez, por focalizar o domínio das modalidades orais, negando a língua natural desse aluno e provocando perdas consideráveis nos aspectos cognitivos, sócio-afetivo, linguísticos, político, culturais e na aprendizagem. Usa-se a língua oral sinalizada e desfigura-se a rica estrutura da língua de sinais, cujo o processo de derivação lexical é descartado.

Por outro lado, a abordagem edu-

cacional por meio do bilinguismo visa a capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, sendo elas a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte no caso do Brasil o português.

A língua de sinais propiciará ao indivíduo uma base para a aprendizagem de uma segunda língua a qual pode ser escrita ou oral.

O princípio fundamental do bilinguismo é oferecer a pessoa com surdez um ambiente linguístico, no qual seus interlocutores se comunicam com ele de uma forma natural, da mesma forma como é feito com a pessoa ouvinte através da língua oral.

A proposta do bilinguismo é educacional, social e cultural, independente do modo como se concebe a segunda língua a ser adquirida pelo surdo.

A linguagem e a socialização são elementos importantes para que a formação inicial de sua identidade seja possível, e elas devem estar acessíveis a pessoa surda para que a mesma tenha instrumentos para posteriormente, adaptar-se a um mundo que não será tolerante com seu estigma.

Assim, o bilinguismo seria o mais apropriado as necessidades das pessoas surdas, cujas potencialidades se habilitam a um desenvolvimento pleno da linguagem contanto que haja "input". Desse modo, os dados linguísticos que lhes servirão de input serão transmitidos através de um canal gestual-visual, a língua de sinais, já que sua audição está danificada.

As propostas de atendimento a alunos com surdez, em escolas comuns que não respeitam as especificidades e os limites de aprender dessas pessoas não demonstram resultados satisfatórios. As escolas impõem condições à inserção desses alunos segundo o modelo de integração escolar que concebe o aluno com sur-

LEIA E ASSINE:

0800-772-6612 (ligação gratuita)

dez a partir dos padrões dos ouvintes, desconsiderando a necessidade de serem feitas mudanças estruturais e pedagógicas.

No cotidiano da escola comum é notória a dificuldade que os alunos com surdez tem para estabelecer relações e interações sociais com o colegas ouvintes. Os professores acreditam que eles deveriam ter uma classe específica.

Após anos de estudos, preocupações e lutas por alguns profissionais da educação é que foram havendo alguns avanços na educação e formação com pessoas surdas. Para conversar em LIBRAS não basta conhecer os sinais de forma solta, é necessário conhecer a sua estrutura gramatical integrando a um contexto.

As Diretrizes Nacional para Educação Especial da Educação Básica no parágrafo 2º, art 12 da resolução do CNE/CEB nº 2/2001, definiu que ao aluno surdo deva ser assegurado o acesso aos conteúdos curriculares mediante a utilização da língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa.

O Decreto 5626/05 que regulamenta a Lei federal 10.436/02 diz que a LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e que todas as instituições de ensino devem garantir obrigatoriamente, as pessoas surdas, acesso a todas modalidades de educação desde o ensino infantil até a superior.

No decorrer de todo esses processos de mudanças ao direito da pessoa surda, vejo que a dificuldade ainda continua. A maioria dos profissionais não se preocupa em se capacitar para melhorar o atendimento a essas pessoas. O caso Jéssica essa realidade é perceptível.

Causas que estão diretamente ligado a deficiência Congênitas

a) Por falta da compreensão da estrutura do português desde do início da sua vida escolar e recursos adequados para o ensino da língua oral, a aluna sempre ficará a mercê de um ensino precário e defeituoso, onde alguns usarão o nome de “fracasso”.

b) Alguns profissionais faltam com o comprometimento necessário para atender os alunos com surdez.

c) A educação posta por profissionais desprovidos de humanidade e competência profissional faz com que não saíamos da mesmice e ignorância intelectual.

d) Falta de Difusão da Língua de Sinais dos alunos e professores para a aprendizagem da Libras. (decreto lei 5626/2005).

e) Desconhecimento da família sobre a importância da L1.(língua de sinais)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário que todos que estão envolvidos no processo de ensino, mudar a prática pensando na diversidade de seres humanos que ficaram por muito tempo segregado por falta de um atendimento real e correto dentro das suas deficiências. O AEE-Atendimento Educacional Especializado veio dar um novo norte no atendimento, possibilitar conhecer o que não é apreendido, aprendido na sala regular, facilitando e contribuindo para o desenvolvimento mais eficaz da pessoa surda. No município de Cuiabá, existem 707 deficientes(Censo Escolar 2011 – Educacenso) sendo que desse 27 são alunos surdos, não há evidências se todos participam das salas multifuncionais onde há 37. O Município dispõe de 50 profissionais especialista para esse atendimento. Acreditando que o especialista irá focar seu trabalho para as especificidades da deficiências ou da surdez

que visualizo uma promoção e alta estima do sujeito aluno surdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei federal 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providencias. Disponível em www.planalto.gov.br.

BRASIL. Decreto 5.626/05, regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Disponível em www.planalto.gov.br.

Diretrizes Nacional para Educação Especial da Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em www.mec.gov.br.

FELIPE, Tanya A. e MONTEIRO, Myrna S. - LIBRAS em Contexto - Livro do Professor/instrutor - Curso Básico - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos / MEC - SEE. 2001

Mário Roney de Jesus Sousa

Pedagogo, Especialista em Educação Especial com Ênfase em Libras e Surdocegueira; Especialista em Tradução Interpretação de Língua de Sinais; Especialista em Atendimento Educacional Especializado; MESTRANDO em Gestão Educacional. Atua como Professor Universitário / Pós Graduação e Interprete de Libras.

Marcos Roberto dos Santos

Graduado em Secretariado Executivo Bilingue, graduando o em Pedagogia, Especialista em Docência na Educação Superior e em Tradução e Interpretação de Libras. Atua profissionalmente como professor e intérprete de Libras com certificação do Exame Nacional de Proficiência no Uso e Ensino e Tradução/interpretação de Libras – PROLIBRAS.

ACESSE NOSSO SITE:

www.revistareacao.com

BARREIRAS COMUNICACIONAIS

Por Prof. Dr. Wiliam César Alves Machado

O surdo como estrangeiro em seu próprio país.

Dia desses vivi experiência inesquecível com adulto surdo que tentava, sem efeito satisfatório, fazer contato comigo quando entrava na Unidade Planeta Vida, da Secretaria Municipal do Idoso e da PcD de Três Rios, uma vez constatar que nem eu ou ele conseguíamos nos comunicar um com o outro. Como domino o básico da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), tentava me comunicar através de seus códigos e sinais gestuais, enquanto ele insistia com o uso de sinais que não condiziam com os que eu havia aprendido e emitia.

Então, recorri à estratégia alternativa de comunicação através de registros escritos das mensagens dele para comigo, mas nada. Vice versa, e nada também. Então, constatei que ele não era alfabetizado.

Segundo a fonoaudióloga que o atende na unidade, ele havia aprendido com sua mãe e demais familiares alguns códigos informais de comunicação para sobreviver, porém, esses são compreendidos apenas pelos seus familiares e algumas pessoas mais significativas da comunidade. Nada mais que o correspondente aos dedos de suas mãos.

Constatei também registros em seu prontuário que já estávamos atuando no sentido de alcançar o máximo grau de comunicação não verbal, como forma de facilitar seu acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA), sistema de ensino utilizado na rede pública no Brasil para a inclusão de jovens e adultos na educação formal, regulamentada pelo artigo 37, da lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

Com propósito de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade para aqueles que perderam a

oportunidade de se escolarizar na época própria por arrimo ou por inadaptação, a opção para encaminhá-lo ao EJA seria mais adequada, além de constituir oportunidade para sua inclusão social. No entanto, ainda temos de enfrentar as barreiras impostas por sua mãe quanto ao fato de as aulas do EJA serem realizadas no período noturno, motivos para que suas preocupações de fiel guardiã sobreponham às necessidades de comunicação do filho.

Analisando registros em seu prontuário encontra-se outro elemento complicador relacionado ao histórico de violência urbana em agressão na cabeça que lhe rendeu lesão cerebral na região temporal direita, tendo esta lhe comprometido sobremaneira a cognição. Quadro complicado e de difícil identificação quanto à forma adequada para começar o processo de ajuda, encaminhamentos, etc.

O que não se pode conceber é que esse ser humano tenha de viver em seu próprio país como se fosse estrangeiro, sem saber se comunicar através da LIBRAS, tampouco dispondo de conhecimento básico da língua portuguesa para interagir com os demais. Vagando pelas ruas sem se comunicar com ninguém e sem compreender as mensagens escritas no painel frontal dos ônibus, nos letreiros das lojas, nas múltiplas opções da linguagem escrita estampadas nas bancas de jornais, frustrado de frente a um aparelho de televisão, etc., como devem ser penosos seus dias, sua provação!

Como gestor público municipal de pasta afim da defesa dos direitos e inclusão das PcD na sociedade trirriense, não imagino como, mas tenho certeza que encontrarei maneira de ajudá-lo a não mais se sentir a vergonhosa sensa-

ção de excluído social no país em que nasceu e vive.

A propósito, temos investido na oferta de curso presencial da LIBRAS, habilitando professores do ensino fundamental, básico e superior, servidores públicos das três esferas de governo, profissionais de saúde, profissionais liberais, familiares de surdos, surdos em geral, funcionários do setor de comércio e indústria, entre outros, para se comunicar adequadamente com surdos e lhes prestar atendimentos dignos em suas áreas de atuação. Incluiremos o Sr. LCS como aluno da nova turma do Curso Libras em Contexto, cômicos de que teremos o desafio de adequar estratégia de ensino para atender suas necessidades específicas de analfabeto, considerando que o material didático do curso é composto de apostila escrita com exemplos de sinais ilustrativos explicados de acordo com a língua portuguesa.

Como educadores, haveremos de encontrar caminhos e estratégias humanitárias para que ele possa se sentir incluído e viver com dignidade entre seus compatriotas. Por outro lado, o exercício da gestão na esfera pública municipal pressupõe competência e presteza na resolução de impasses dessa ordem. Em ambos os casos não fugiremos as nossas responsabilidades.

Prof. Dr. Wiliam César Alves Machado
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Secretário Municipal do Idoso e da PcD de Três Rios/RJ.

<http://secretariadoidosoepcdr.webnode.com.br/>

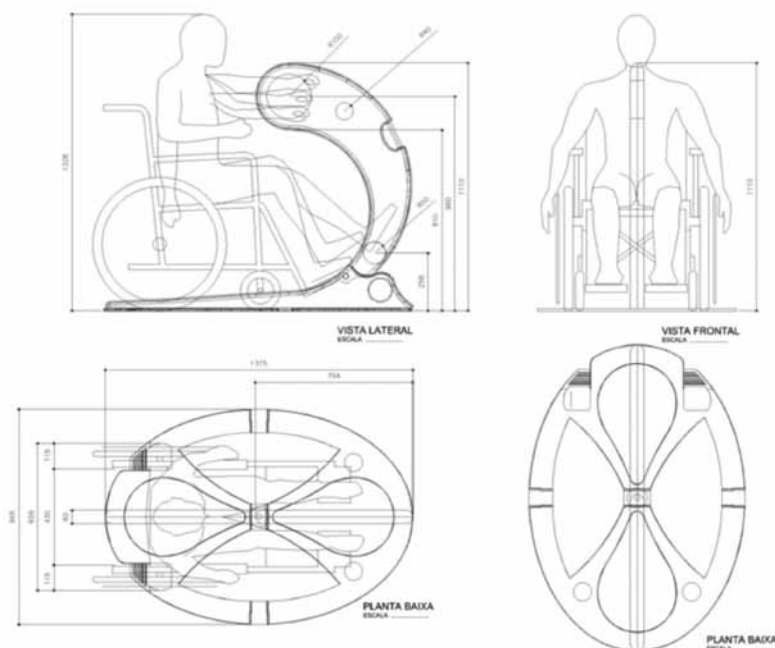
LEIA E ASSINE:

0800-772-6612 (ligação gratuita)

FLEXIBILITY CYCLE

APARELHO DE FISIOTERAPIA PORTÁTIL E CONTEMPORÂNEO

Por Rodrigo Motta



Flexibility-cycle

A Flexibility Cycle, não é só uma simples bicicleta ergométrica, como qualquer outra, ela é a diferença do depender ou não depender de outras pessoas para fazer os exercícios, hoje em dia as bicicletas ergométricas comuns tem uma problemática muito grande em Hospital, clinicas e academias, porque pessoas portadoras de necessidades especiais e de mobilidade reduzidas dependem de outras pessoas para transferir-las da cadeira de rodas para a bicicleta, levando assim um mal estar psicológico e físico, pois a instabilidade dessas pessoas nas bicicletas comuns é muito grande, tem que ter uma pessoa para segura-las enquanto fazem os exercícios, dessa forma os portadores e os de mobilidades

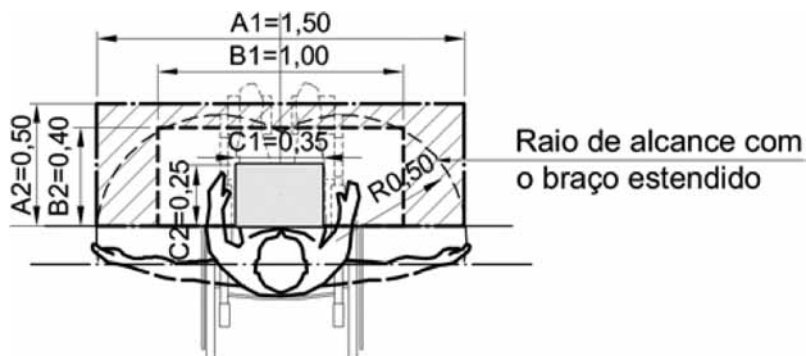
reduzidas ficam dependentes deles para tais exercícios.

Sendo assim, pensamos em uma bicicleta especial que os pacientes pudessem fazer seus próprios exercícios sem depender de outras pessoas, com exceção do acompanhamento profissional do fisioterapeuta. Outro motivo que levamos em questão foi a portabilidade da bicicleta, pois os

aparelhos atuais são grandes, fixos e pesados que impossibilita a sua locomoção para outros locais, como residência, parque, casa de praia, fazenda e entre outros locais que o paciente deseje fazer os seus exercícios.

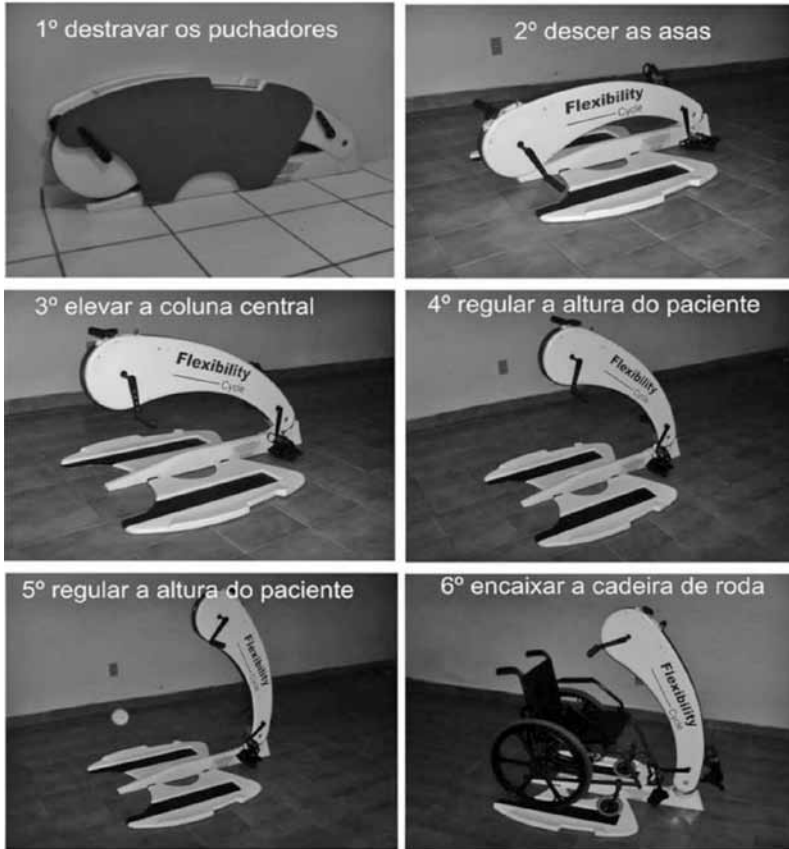
Já o design, foi classificado pelo Premio IDEA Brasil 2009, com a colocação Bronze, nele pensamos em um aparelho que fugisse dos estereótipos robóticos que existe nos aparelhos atuais, que trazem certo preconceito para quem os usam, utilizando desses princípios, criamos uma forma contemporânea para que os pacientes se sentissem únicos e valorizados, pois a sua forma traz uma admiração para quem a usa e quem observa, além dos seus benefícios terapêuticos.

Abaixo segue o parecer técnico, que foi desenvolvido após utilização máxima da Flexibility Cycle em clinicas, hospitais e pacientes particulares sob orientações de profissionais da área da saúde, como Fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, professores de educação Física entre outros, para chegar ao seu limite e ter uma conclusão de evolução do aparelho e de sua utilização plena.



ACESSE NOSSO SITE:

www.revistareacao.com



PARECER TÉCNICO

CASO 1 - paciente M.F.S., 60 anos, acometido de um aneurisma cerebral, em tratamento com equipamentos convencionais há mais de dois anos.

Passou a utilizar o equipamento Flexibility, três vezes por semana, por uma hora, por um mês e pudemos verificar uma melhora acentuada na amplitude de movimentos, deambulação e equilíbrio, ao término das sessões de fisioterapia.

O equipamento permaneceu à disposição do paciente, em sua residência por mais um período de trinta dias.

Atualmente o paciente deambula com

ajuda de bengala unilateral.

CASO 2 - Posteriormente o equipamento foi encaminhado a duas Clínicas Escola para parecer e acompanhar

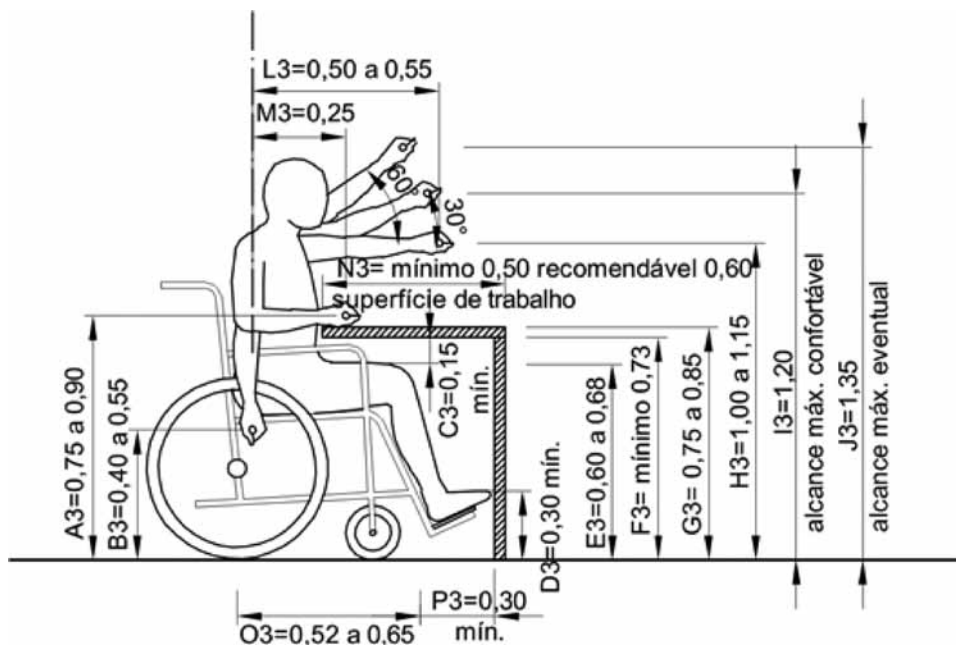
de professores e usuários, onde foi informado sobre o seu bom funcionamento e desempenho, em comparação à bicicleta ergométrica, pela flexibilidade de posições e amplitude nos movimentos, regulagem milimétrica do esforço e também por não haver necessidade de se deslocar de sua cadeira de rodas.

CASO 3 - Clínica Hospitalar, testes realizados com pacientes cardiopatas leves, sempre monitorizados antes e depois de cada sessão, verificou-se uma melhora acentuada de sua capacidade vital.

Estes foram posicionados na cadeira normal ou em pé, sendo também utilizado para os membros superiores.

Evidenciou-se uma melhora das amplitudes de movimentos tanto para membros inferiores como para superiores.

Em todos os casos, o que foi observado, nos pacientes, por unanimidade, a enorme satisfação de poder realizar seus exercícios de forma autônoma, sem depender, de transportes, locomoção, inclusive de



LEIA E ASSINE:

0800-772-6612 (ligação gratuita)



1º ajustar a cadeira de roda



2º alinhar a cadeira com a rampa



3º ajustar as 4 rodas fixa na rampa



4º travar o freio da cadeira de roda



Pode ser usada com cadeira normal, sendo que a cadeira tem que estar com as 4 pernas apoiadas na rampa



Pode ser usada em pé, sendo que as duas pernas tem que estar apoiadas na rampa

decidir sobre o melhor local para esse tratamento, podendo ser sua própria residência, permitindo também a continuidade do tratamento em viagens e passeios, tornando assim, um equipamento de extrema capacidade de integração do paciente, elevando a autoestima e o fator psicológico, que estudos comprovam ser de grande importância na reabilitação e acessibilidade dos pacientes, evitando o desânimo pela situação e longo período necessário para reabilitação.

Segue abaixo as principais finalidades da Flexibility Cycle

PRINCIPAIS FINALIDADES DO FLEXIBILITY

- Fortalecimento muscular para membros inferiores e superiores
- Melhora das amplitudes articulares
- Melhora da força muscular
- Melhora da resistência muscular
- Melhora da circulação
- Melhora da capacidade cardíaca pulmonar
- Melhora da reeducação motora

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FLEXIBILITY

- TRES REGULAGENS DA ALTURA DO BRAÇO
- QUATRO REGULAGENS NO CURSO DA MANIVELA
- QUATRO REGULAGENS NO CURSO DO PÉ DE VELA
- REGULAGEM MILIMÉTRICA DO ESFORÇO FÍSICO

- TOTALMENTE DOBRAVEL
- PESO 26 KGS.
- TIPOS DE EXERCÍCIOS
- Ativos livres e resistidos.

INDICAÇÕES NAS SEQUELAS

- Poliomielites, AVE, TCE, lesões de nervos periféricos, luxação congênita de quadril, lesões traumáticas, distúrbios cardíacos leves, idosos com dificuldade de deambulação, bursites e fraturas de membros inferiores e superiores.

CONTRA INDICAÇÕES

- Cardiopatias graves,
- Artrites fase aguda,
- Artropatias hemofílicas graves.

Estudo Antropométrico – NBR 9050

- Alcance manual frontal – Pessoa sentada
- Aplicação das dimensões referenciais para alcance de pessoa em cadeira de rodas em Superfície de trabalho.
- Aplicação das dimensões referenciais para alcance de pessoa na Flexibility Cycle



Rodrigo Motta

Arquiteto, Design premiado e estudioso na área da acessibilidade.

ACESSE NOSSO SITE:

www.revistareacao.com